

Chegamos à quinta edição da Revista Docomomo Brasil.

Seu lançamento demarca uma etapa crucial para a consolidação no meio acadêmico e entre todos os interessados no Movimento Moderno. De quebra, reforça os objetivos traçados pelos idealizadores de uma publicação tão singular – não vinculada a um programa de pós-graduação e nem tampouco obrigatoriamente atrelada à direção de uma determinada gestão do Docomomo Brasil. Autonomia é a chave e renovação dos seus quadros uma imperiosa necessidade para se alcançar bons resultados.

Nos primeiros quatro números da revista, a excelência de conteúdos demonstrou o empenho de editores e convidados corresponsáveis por uma estratégica – e bem-sucedida – definição de pautas. Até o momento, de modo alternado, duas edições foram consagradas aos seminários Docomomo Brasil e os outros dois números foram organizados em torno de temas.

Em tal raciocínio, a edição inaugural, lançada em novembro de 2017, contou com a participação de Anna Beatriz Ayrosa Galvão, primeira coordenadora da seção brasileira do Docomomo, e convidados. O terceiro número, publicado em março de 2019, foi dedicado ao centenário de Delfim Amorim, Diógenes Rebouças, Lina Bo Bardi e Vilanova Artigas, com ensaios assinados por Luiz Amorim, Márcio Cotrim, Nivaldo Andrade, Renato Anelli e Ruth Verde Zein, entre outros expoentes de renome.

A segunda e a quarta edições da revista, publicadas em março de 2019 e em março de 2020, ampliaram os ecos do 12º e do 13º Seminários Docomomo Brasil, realizados em Uberlândia (2017) e em Salvador (2019), com artigos selecionados, respectivamente, por Beatriz Cappello e Marta Camisassa e por Ana Carolina de Souza Bierrenbach, José Carlos Huapaya Espinoza e Márcio Cotrim.

A composição da Comissão Editorial da edição inaugural da revista contou com a participação de Luiz Amorim, Cristiano Borba e Márcio Cotrim. Andrea Borde, Marta Peixoto e Márcio Cotrim assumiram o encargo do terceiro número e iniciaram as tratativas para a quinta edição do periódico, com tema correlacionado ao Rio de Janeiro, cidade-sede do congresso da União Internacional dos Arquitetos.

Neste número convidamos autores de renome relacionados ao Movimento Moderno ainda não publicados nas edições anteriores da Revista Docomomo Brasil, tendo em vista a realização do Congresso Internacional de Arquitetos UIA2020Rio, que acabou

sendo realizado apenas em 2021. Este número da revista conta assim com a participação de Carlos Eduardo Nunes Ferreira, Fabiana Izaga, Fernando Diniz, Fernando Lara e Helio Herbst, que pouco tempo depois passou a integrar a Comissão Editorial.

No primeiro semestre de 2020, os impasses gerados pela pandemia de SARS-CoV-19 criaram entraves inesperados. O primeiro deles colocava em dúvida a realização do Congresso da União Internacional de Arquitetos, em julho, e o 16º Seminário Internacional Docomomo, marcado para setembro do mesmo ano. Ambas as proposições, hipoteticamente, estariam desdobradas na quinta edição da revista Docomomo Brasil.

O cancelamento, a definição e a posterior confirmação das datas de realização de ambas efemérides deixaram, em tempos diversos, perguntas sem respostas. Em um determinado instante, nos parecia inoportuno lançar uma revista que visava ecoar os temas de um congresso que, no limite, poderia não acontecer.

Duas questões foram postas à mesa: 1) Seria pertinente, em consideração às indefinições postas pelo isolamento social, lançar a revista antes da realização do congresso? 2) Ou ainda, de modo mais radical: seria pertinente manter o fio condutor entre os artigos assinados por Carlos Eduardo Nunes Ferreira, Fabiana Izaga, Fernando Diniz, Fernando Lara e Helio Herbst?

Confirmada a realização do congresso internacional em julho de 2021, a nova CE se debruçou sobre as adaptações necessárias à organização dos artigos. E como se não bastassem as dificuldades decorrentes da manutenção do isolamento social, fomos confrontados com um problema de maior gravidade: a impossibilidade de acesso aos números anteriores da revista e a todos os arquivos depositados na plataforma OJS, inclusive os 18 artigos submetidos para a organização dos números 6 e 7 da revista.

Quase um ano depois de incontáveis tentativas para solucionar o apagão da plataforma, foi possível salvar as quatro primeiras edições da revista em extensão PDF e os 18 artigos submetidos para avaliação duplo-cega, ainda que a página oficial da publicação, em primeiro momento, continuasse indisponível. Entretanto, diante do aparente risco de perda das informações e do material ainda não processado, comemoramos com entusiasmo a recuperação dos dados.

Superados os obstáculos e assimiladas as lições da “cruel pedagogia do vírus”, como bem nos lembra Boaventura de Sousa Santos em publicação homônima, foi possível, enfim, retornar ao ponto de partida: o lançamento de uma edição concebida para celebrar a cidade-sede do 27º Congresso Mundial de Arquitetos da União Internacional dos Arquitetos – UIA2020RIO, naquela altura declarada primeira Capital Mundial da Arquitetura.

Ainda que se pese o intervalo cronológico, a temática do presente número temático não perdeu importância. Adquiriu, em contrapartida, novos contornos, ao se considerar o amadurecimento das análises sobre as narrativas consagradas, as crescentes dificuldades para garantir a salvaguarda de acervos documentais em instituições públicas e a própria conservação dos conjuntos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos referenciais ao Movimento Moderno.

O desmonte dos órgãos patrimoniais e das instituições de ensino e pesquisa, quase sempre associado ao corte de verbas e à desqualificação de seus quadros, é indicativo de uma ação sistemática que visa desmerecer a produção dos servidores e menosprezar os instrumentos legais de proteção e tutela, abrindo precedentes para a perda dos acervos documentais e a descaracterização parcial ou completa de muitas edificações.

O quinto número da *Revista Docomomo Brasil* está estruturado em duas seções. A primeira delas, ARTIGO, é dedicada aos ensaios dos autores supramencionados. A segunda, DOSSIÊ, foi concebida com a intenção de deixar registradas, em plataforma aberta para consulta, reflexões veiculadas pelos editoriais dos boletins trimestrais *Docomomos*, produzidos entre 2018 e 2021.

A divulgação desses textos, no entender desta CE, testemunha as reflexões formuladas pela diretoria das duas últimas gestões do Docomomo Brasil. Ao longo dos últimos quatro anos, os boletins *Docomomos* problematizaram as muitas perdas e os poucos ganhos com as quais procuramos encontrar motivação para seguir adiante, lutando no limite de nossas forças para derrotar o negacionismo, a ignorância, o ódio e o preconceito arraigado em uma expressiva parcela de nossa sociedade.

Mazelas à parte, acreditamos ser capazes de ampliar nossos canais de interlocução, mantendo acesas a disposição colaborativa, a curiosidade pelo conhecimento e a busca pela reinterpretação – não idealizada ou nostálgica – de nosso passado, visando a construção de um futuro mais justo e promissor, para amplas parcelas da sociedade.

Devemos, portanto, celebrar, com espírito crítico, o bicentenário de nossa independência, o centenário de realização da Semana de Arte Moderna e os 120 anos de nascimento de Lucio Costa.

Deste modo, em permanente esforço de reflexão, a quinta edição da *Revista Docomomo Brasil* abre com o ensaio **O urbanismo moderno e a cidade saudável em tempos de pandemia: o cinquentenário do Plano Piloto de Lucio Costa para a Barra da Tijuca no Rio de Janeiro**. Nele, Carlos Eduardo Nunes-Ferreira disserta sobre a proposta urbanística concebida para a Barra da Tijuca, publicada oficialmente em 1969.

Nunes-Ferreira toma como base o confronto de diferentes proposições de cunho rodoviarista, para então se debruçar sobre as seguintes indagações: 1) a atualização da concepção urbanística do Plano Piloto da Barra da Tijuca poderia incorporar os princípios contemporâneos de sustentabilidade e mobilidade urbana? 2) As diferentes camadas do tecido urbano, expressas pelos modelos da cidade moderna, da cidade dispersa e da cidade genérica, seriam capazes de incorporar uma quarta camada, entendida como a cidade compacta?

Na avaliação do autor, a fusão dos quatro modelos, aparentemente contraditórios, seria capaz de reconfigurar a proposta original do Plano Piloto a partir da superposição das estratégias de proximidade, diversidade e sustentabilidade ambiental, social e financeira da cidade compacta, sendo também fundamental a promoção de premissas estruturantes da cidade criativa e da cidade conectada.

Poderiam ser assim mantidas as prerrogativas de insolação, recreação, arborização e ventilação do Plano Piloto, beneficiadas por um sistema integrado de modais de transporte público de alta qualidade e baixa emissão de carbono, com redução de distâncias e promoção da caminhabilidade.

No entender de Nunes-Ferreira, mudanças na legislação de uso e ocupação do solo, pautadas pela mescla de atividades, associadas à consolidação de um novo padrão de mobilidade urbana, pautadas pela caminhabilidade e pelo uso do transporte coletivo, característicos da cidade compacta, poderiam fortalecer os desígnios indicados pelo risco de Lucio Costa.

No ensaio **Os edifícios de escritórios dos irmãos MMM Roberto no Centro do Rio de Janeiro – ou toda arquitetura leva a um urbanismo**, Fabiana Izaga disserta sobre a produção de um conjunto de edifícios em altura implantados no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1930.

No recorte proposto, Izaga analisa a Associação Brasileira de Imprensa – ABI (1936), o Edifício Valparaíso da Liga Brasileira Contra a Tuberculose (1937), o Edifício Plínio Catanhede, do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários – IAPI (1938), o Instituto de Resseguros do Brasil – IRB (1941), o Edifício Seguradoras (1949), o Edifício Marquês do Herval (1952) e o Edifício-sede da Cia. Souza Cruz (1958)

Os sete edifícios de escritórios, construídos em um intervalo de quase três décadas, demarcam a busca pela ressignificação dos conceitos de espaço moderno, visando ajustar a disposição do programa físico-funcional em critérios espaciais de flexibilidade, e também pelo aprimoramento das técnicas construtivas e estruturais, notadamente o concreto armado.

Os edifícios supramencionados evidenciam o aprofundamento de questões sobre a interpretação da doutrina do edifício moderno relacionada à cidade pré-existente. Neste sentido, a articulação do nível térreo do edifício com o espaço público, a engenhosidade e apuro na definição dos elementos da fachada, em especial os *brise-soleil*, destacam-se como particularidades de uma pesquisa que visava definir um caráter brasileiro, ou mais particularmente carioca, capaz operacionalizar diálogos entre o edifício e a cidade.

Segundo a autora, tais associações são obtidas por meio de dispositivos que regulam os fechamentos e as aberturas no nível do chão e pelo tensionamento entre transparência e opacidade, e também pelo embate entre expressão e neutralidade da pele dos edifícios. Em tais preceitos, a produção dos Irmãos Roberto inscreve uma expressão singular no amplo leque que caracteriza a arquitetura moderna brasileira.

O artigo de Fernando Diniz, **Fachadas que respiram**, retoma um aspecto da discussão proposta pelo ensaio anterior, especialmente ao enfatizar a mediação entre exterior e interior nas fachadas de dois edifícios icônicos da Escola Carioca: a sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), dos irmãos Roberto (1936-1938) e o Parque Guinle, de Lúcio Costa (1948-1954).

Diniz parte da premissa de que a experimentação que caracteriza a produção moderna brasileira trouxe questionamentos que ampliaram o entendimento do significado da fachada, que passou a desempenhar três funções simultaneamente: 1) oferecer condições básicas para a realização das atividades do programa físico-funcional, garantindo a interação com o meio circundante sem impedir a possibilidade de resguardo (função prática); 2) regular a temperatura e as entradas de ar e luz natural nos ambientes (função operativa); e 3) conferir uma face à instituição ou à função ali desenvolvida (função simbólica).

A análise das fachadas dos exemplos selecionados – marcos inquestionáveis do processo de afirmação e consolidação da Escola Carioca – retoma um tema crucial da modernidade: a dissolução da fachada, que muito além de conferir, ao menos hipoteticamente, a tão proclamada continuidade espacial, acabou por tornar anônimas as fachadas dos arranha-céus.

Em contrapartida, como bem assinala Diniz, as soluções de Lucio Costa e dos irmãos Roberto, nos exemplos selecionados, antecipam as observações

feitas por José Luis Sert acerca da necessária reinterpretção das medidas tradicionais e da presença de elementos figurativos, com a finalidade de se reconectar a produção hodierna com as necessidades humanas, práticas e simbólicas.

Deste modo, a adoção de formas vernáculas e dispositivos tradicionais, entre os quais treliças de madeira, venezianas, elementos vazados e amplos beirais e varandas – no edifício da ABI e no Parque Guinle – constituem referências incontornáveis para a historiografia da modernidade brasileira, aqui entendida pela bem-sucedida associação entre arrojo e tradição e entre racionalidade e convenção.

O quarto artigo, **A casa carioca moderna nos salões das bienais e nas páginas das revistas estrangeiras**, é assinado por Helio Herbst. O texto do autor que posteriormente assumiu participação na Comissão Editorial, registra os resultados recentes de uma investigação centrada na *recepção*, na acepção cunhada por Hans Robert Jauss, da produção arquitetônica brasileira exposta nas cinco primeiras Exposições Internacionais de Arquitetura, realizadas como parte integrante das edições inaugurais do Bienais de São Paulo, entre 1951 e 1959.

O ensaio principia com a apresentação do objeto de estudo: no presente caso, doze residências unifamiliares concebidas para implantação na cidade do Rio de Janeiro, expostas nas Bienais dos anos 1950. Lançadas breves considerações sobre algumas particularidades entre os projetos, a discussão se desloca para a *recepção* das obras pelas revistas especializadas estrangeiras, no mesmo intervalo cronológico.

À luz dos preceitos formulados pela Estética da Recepção, são ressaltados os aspectos que contribuíram para a construção das primeiras narrativas sobre a modernidade arquitetônica brasileira, evidenciando as *representações*, na acepção proposta por Roger Chartier, empregadas para evocar temas do interesse de determinados grupos.

Deste modo, o ensaio questiona de que modo a *recepção* destes projetos nas revistas especializadas contribuiu para difundir uma *representação* por vezes cética, por vezes entusiasmada e confiante, da arquitetura brasileira na historiografia produzida entre as décadas de 1950 e 1970 – muitas vezes desdobrada sem questionamentos por autores de gerações mais recentes.

Sobre a urgência de decolonizar a história da arquitetura moderna brasileira, assinado por Fernando Lara, assinala a imperativa necessidade de se desconstruir as narrativas consagradas, quase sempre escritas por homens brancos e heteronormativos. O ensaio, que encerra a primeira seção da *Revista Docomomo Brasil*, expõe as contradições que caracterizam a nossa tradição historiográfica.

Segundo o autor, não é mais possível dissociar o projeto de modernidade das sequelas decorrentes de um modelo de ocupação do território pautado pelo desmatamento e monocultura latifundiária, pelo extermínio ameríndio e utilização de mão de obra escrava ou semi-escrava, pelo apagamento e silenciamento de amplos segmentos marginalizados, invariavelmente expostos ao racismo e à violenta repressão policial.

Lara sublinha que decolonizar a narrativa da arquitetura brasileira não implica necessariamente descartar ou minimizar a potência criativa do discurso moderno/ colonial proposto por Lucio Costa há quase um século, mas reconhecer e desnudar, por uma série de ações, o alto grau de colonialidade inerente a este modelo de construção intelectual.

O primeiro passo, de uma série de cinco, parte do princípio de que não existe modernização sem colonização. Em tal preceito reside a ideia de que muitas intervenções monumentais, a exemplo da Pampulha, pressupõem a expulsão de centenas de famílias, com ou sem indenização. Pode-se assim inferir, sem maiores dificuldades, a segunda premissa: que a construção dos ícones arquitetônicos destacados pela historiografia implicou na devastação de florestas e na extração não sustentável de minérios.

A terceira constatação assinala as condições de desumanidade impostas aos operários, quase sempre mestiços ou afrodescendentes, que continuam residindo em casas autoconstruídas, nas encostas e periferias das nossas cidades, sem assimilar ou usufruir das serventias da cidade moderna.

A quarta questão é igualmente perversa. Nas palavras do autor, “a arquitetura deve ser entendida como parte inerente do processo de financialização da economia, drenando recursos antes investidos na produção e na geração de emprego e renda, levados através do sistema financeiro para processos deslocados do mundo da produção”.

Na quinta proposição, Lara reconhece que a arquitetura moderna carregou consigo um componente moral quase sempre retrógrado. Assim pode ser visto o empoderamento episódico da mulher no projeto do Conjunto Residencial do Pedregulho e a normalização da desigualdade nos quartos de empregada e entradas de serviço. “Independente do viés progressista ou reacionário, a arquitetura moderna sempre se colocou como instrumento de colonialidade no sentido de ensinar às massas como deveriam viver suas vidas”.

* * *

E assim continuamos a lutar para construir o futuro sem carregar os *vícios do passado*. Repensar a nossa própria trajetória pode ser um bom começo para o sucesso de tal empreita.

Exatamente em consideração a tal preceito, encontram-se incluídos, na segunda seção da *Revista Docomomo Brasil*, intitulada Dossiê, dezesseis editoriais do boletim trimestral *Docomemos* publicados entre 2018 e 2021. Nosso intuito é garantir acesso *público* a uma produção antes restrita aos filiados, ao mesmo tempo em que se torna possível apresentar uma espécie de retrospectiva das reflexões empreendidas pelas duas últimas gestões do Docomomo Brasil.

Boa leitura!

Andréa de Lacerda Pessoa Borde
(PROURB/UFRJ)

Helio Herbst
(DAU/IT/UFRRJ)

Marta Silveira Peixoto
(PROPAR/UFRGS)